

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Referência: Pregão Eletrônico nº 90013/2024

Processo Administrativo nº 23034.000023/2024-16

A **ALGAR TI CONSULTORIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.510.654/0004-21, com sede na SBS Q. 02 BL. Q SALA 402 – Brasília-DF, vem, por meio de seus representantes infrafirmados, com fulcro na Seção 11 do edital e no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

apresentado pela empresa **LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.696.132/0003-00, pelos argumentos de fato e de direitos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

1. De início, verifica-se que as contrarrazões, ora apresentadas preenchem o requisito da tempestividade, pois o prazo para protocolo das razões recursais findou no dia 07 de janeiro de 2025, sendo determinada a data limite para o registro das contrarrazões em 10 de janeiro de 2025. Assim, esta peça é tempestiva.

II. BREVE RESUMO DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

2. O presente certame versa sobre a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, cujo objeto é contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do FNDE, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital nº 90013/2024.

3. Realizada e processada a disputa, nos termos disciplinados no instrumento convocatório e anexos, registrou-se a seguinte ordem de classificação das licitantes: em

primeiro lugar, a LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA; em segundo lugar, a ALGAR TI, ora Recorrida.

4. Após a inabilitação da empresa LINUXELL visto que não logrou êxito em comprovar a exequibilidade de sua proposta de preços, a empresa ALGAR TI foi convocada. Com base nos acertados termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI desse nobre Órgão, a Recorrida ALGAR TI teve sua proposta aceita e foi habilitada no presente certame, uma vez que a proposta de preços e a documentação apresentada atendem às especificações e exigências do Edital e estão em conformidade com a legislação vigente.

5. Contra essa decisão, a empresa LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ora Recorrente, se insurgiu aduzindo, segundo seu equivocado entendimento, que:

- (i) a despeito da previsão de descabimento de redução das alíquotas tributárias no presente certame, em resposta a esclarecimento prestado pelo FNDE, a Recorrida assinalou, em sua proposta de preços, alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS reduzida.
- (ii) a proposta apresentada pela Recorrida ALGAR TI considerou a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), o que ensejou em afronta ao princípio da isonomia.

6. Entretanto, as razões recursais não merecem ser acolhidas, conforme será demonstrado, vez que a Recorrente se utilizou de acusações infundadas, apenas com o objetivo de procrastinar o procedimento, com isso trazendo sérios prejuízos à Administração.

7. A priori, ressalta-se que não há dúvidas de que a proposta de preços e os requisitos de habilitação da Recorrida obedeceram a todos os critérios estabelecidos no edital, visto que, por tais motivos, a empresa ALGAR TI foi declarada vencedora no certame.

8. Noutro norte, as razões recursais apresentadas apenas demonstram uma conduta puramente protelatória da Recorrente que contraria os princípios do Direito Administrativo com o único objetivo de reverter a adjudicação do objeto do certame, apesar de desprovida de qualquer fundamentação lógica ou jurídica.

9. Dito isso, passa-se ao exame das alegações da Recorrente.

III. DA LEGALIDADE DA DECISÃO DO PREGOEIRO QUE HABILITOU A RECORRIDA

10. O objetivo da presente defesa é demonstrar que a Recorrida comprovou os requisitos necessários para demonstrar a exequibilidade da proposta de preços ofertada, bem como cumpre as regras exigidas pelo Edital e, por isso, o recurso da empresa LOGIKS deve ser integralmente desprovido.

11. Destaca-se ainda que as presentes contrarrazões trazem à baila a aplicação da nova Lei de Licitações, de nº 14.133/2021, e interpretação do Edital condizente com os princípios da legalidade, da competitividade e da vantajosidade os quais a r. Comissão se ativeram.

12. É certo que a condução do processo licitatório em epígrafe ocorreu em consonância com as regras estabelecidas na legislação que regula o tema, sendo que a decisão levada a termo por esta respeitosa Comissão é irretocável, onde houve a prevalência da legalidade e isonomia esperadas quando da competição por uma proposta capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Pública, merecendo ser mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

13. A fim de demonstrar a insubsistência dos argumentos apontados pela Recorrente, cabe detalhar cada um dos pontos alegados.

III.I. DA CORRETA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 2% DO ISS

14. No tocante à alegação da incorreta aplicação da alíquota de ISS, mais uma vez, a Recorrente pretende desvirtuar o objetivo da contratação e tumultuar o certame ao majorar, a qualquer custo, o valor ofertado, diante de sua interpretação equivocada do Edital e das respostas aos esclarecimentos.

15. Com base na resposta a um esclarecimento fornecido pelo FNDE, a Recorrente alega que a utilização da alíquota de 2% (dois por cento) de ISS, na planilha de preços da Recorrida, está incorreta. Afirmar, equivocadamente, que a alíquota correta seria de 5% (cinco por cento), pois o objeto da licitação se refere ao fornecimento de postos de serviço. Senão vejamos:

Questionamento:

A pergunta se refere a retenção ou não do ISS para a cidade de Brasília-DF

Resposta do pregoeiro:

“O entendimento NÃO está correto. Apesar de o art. 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelecer que, como regra, os tributos sejam devidos e recolhidos na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços, em sua parte final o mesmo dispositivo estabelece algumas exceções, como é o caso de fornecimento de mão-de-obra, ocasião em que **o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador de mão-de-obra.**

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa; (...)

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.”

Portanto, em que pese a contratação ser referente a Serviços de informática e congêneres, informa-se que na presente contratação há predominância do Fornecimento de mão-de-obra, **de modo que o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra (exceção) e NÃO na cidade do estabelecimento de prestação dos serviços (regra).**”

Outro Questionamento:

Da não bitributação: entendemos que, para essa licitação, irá incidir o ISS (mas o TR exige regularidade estadual; verificar com DCINT) para faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços e domicílio da Licitante, e portanto, não haverá retenção de ISS na cidade da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer e informar com base em qual fundamentação e legislação se aplica o entendimento da CONTRATANTE.

Resposta do pregoeiro:

“O entendimento NÃO está correto. A despeito de o art. 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelecer que, como regra, os tributos sejam devidos e recolhidos na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços, em sua parte final o mesmo dispositivo estabelece algumas exceções, como é o caso de fornecimento de mão-de-obra, ocasião em que **o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador de mão-de-obra.**

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...)

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa; (...)

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.”

Portanto, em que pese a contratação ser referente a Serviços de informática e congêneres, informa-se que na presente contratação há predominância do Fornecimento de mão-de- obra, **de modo que o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra (exceção) e NÃO na cidade do estabelecimento de prestação dos serviços (regra).**”

16. Já no início do pedido de esclarecimento é possível verificar a referência à questão da não bitributação dos serviços. Em que pese a resposta ao esclarecimento constar que há a predominância do fornecimento de mão-de-obra, a sua conclusão encerra dúvida a respeito da localidade em que deve ser recolhido o Imposto, motivo pelo qual o questionamento deve ser considerado para tal finalidade: a definição do local de recolhimento do tributo. Para a presente contratação, definiu-se a cidade de Brasília/DF, que é a exceção à regra tributária.

17. Assim, desarrazoada a interpretação realizada pela Recorrente, onde afirma que o código correto para fins de estabelecimento da alíquota do ISS é o de nº 17.05 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003, cuja alíquota é de 5%, nos termos da legislação do Distrito Federal, artigo 38 do Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508/2005).

18. Veja que na Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI está claro que o módulo 6-C.3 do tópico 5.2 da citada Nota - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – restou analisado e consta como “Valor aplicado no Distrito Federal para TIC”.

19. Cabe destacar que o código 17.05 (fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço) é uma espécie do gênero do código 17, que se refere aos serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres, que não guarda qualquer relação com os serviços objeto do Edital.

20. A alíquota a ser utilizada é a de 2%¹, como apresentado pela Recorrida e aceito pela r. Comissão de Licitação, referente ao código 1.03 da lista anexa da Lei Complementar 116/2003, referente a projeto, planejamento, implantação, gerenciamento e manutenção da operação de redes de comunicação de dados.

21. Não há que se falar em negligência por parte do r. pregoeiro, como afirmado pela Recorrente, visto que deu seguimento ao processo e emitiu parecer favorável à declaração de vencimento da empresa ALGAR TI. Veja que tanto a Comissão de Licitação quanto o Pregoeiro agiram nos estritos termos da legislação vigente e, em detida análise da proposta e documentação da Recorrida, concluiu por habilitar a empresa ALGAR que, da mesma forma, agiu em plena conformidade aos termos do Edital e legislação pertinente.

22. Destaca-se ainda que a Recorrida apresentou declaração afirmando que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como há claro compromisso da ALGAR TI para a prestação dos serviços com a qualidade e eficiência esperadas pelo FNDE.

23. Mais um ponto que merece ser rechaçado é a alegação de existência de tratamento desigual e favorável à ALGAR TI que, conforme imaginado pela Recorrente, é a atual detentora da Ata de Registro de Preços (ARP) que mantém o serviço em execução no FNDE. Não há qualquer veracidade na afirmação, uma vez que a ALGAR TI **não é a atual prestadora dos serviços** no FNDE. Ademais, a conduta da Comissão de Licitação e do Pregoeiro é irretocável, em atendimento aos estritos termos da legislação vigente e Edital.

24. Posto isso, no que tange à alegada inexecutabilidade da proposta, não há qualquer razoabilidade da Recorrente. Ora, o objetivo da licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, com a igualdade de condições entre os licitantes! Sendo que

¹ Artigo 38 do Decreto Distrital nº 25.508/2005 - Regulamento do ISS

deverá ser processada e julgada em observância “aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.”²

25. Em atendimento a todos esses preceitos, a ALGAR TI apresentou as planilhas de formação de custos no momento oportuno, com base na legislação vigente, sendo que foram detidamente analisadas pela D. Comissão de Licitação do FNDE.

26. De mais a mais, a alegação da Recorrente de que todas as demais licitantes, apenas à exceção da ALGAR, ajustaram suas propostas para constar a alíquota de ISS no importe de 5% é completamente fantasiosa. Ora, como a Recorrente pode realizar tal afirmativa quando não teve acesso às propostas das demais licitantes?

27. Por fim, salienta-se o disposto na Nota Técnica nº 4520887/2024/CGGOV/DIRTI do FNDE, que julgou a proposta da empresa LINUXELL, referente à apresentação da alíquota de 2% do ISS, a saber:

7.3.2. Módulo 6-C (ISS)

7.3.2.1. Em resposta a DILIGÊNCIA, a Licitante argumentou que conforme disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003, adotou orientação técnica para fins de cálculo, além do entendimento apresentado no pedido de esclarecimento de 26/11/2024, às 18h55, que esclareceu: “o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra”. De forma complementar a diligência, em 29/11/2024, o pregoeiro solicitou a análise da Coordenação de Contratos do FNDE a fim de subsidiar a decisão da Equipe de Licitação acerca da eventual necessidade de ajustes na planilha de custos apresentada pela Licitante e, eventualmente, por consequência, no valor de sua proposta.


7.3.2.2. A Coordenação de Contratos respondeu, em 02/12/2024, que ao consultar o CNPJ da empresa, verificou-se que ela apresenta como **atividade econômica principal o código 62.09-1/00, o que se enquadra na alíquota da Lei Complementar n.º 963/2020, portanto, correta a composição do percentual de 2% para o ISS.** No que se refere ao CPRB de 3,6%, pondera-se que o referido percentual condiz

² Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021

com o que está disposto na Lei n.º 14.973/2024, que prevê no Art. 9º-A, inciso I, alínea “a” a aplicação de 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei (4,5%).

7.3.2.3. Dessa forma, não há comentários desta área técnica quanto a resposta apresentada, tendo em vista que **a composição do percentual de ISS foi corretamente fundamentada, estando em conformidade com a legislação vigente**. Não há necessidade de ajustes na planilha de custos para este item.

28. Por essa ótica, a Recorrida possui a mesma atividade econômica principal da licitante avaliada, 62.04-0-00 – Consultoria em tecnologia da informação, que se enquadra na alíquota 2% da Lei Complementar n.º 963/2020.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 05.510.654/0004-21 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/11/2009
NOME EMPRESARIAL ALGAR TI CONSULTORIA S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SYNOS CONSULTORIA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		

29. Portanto, deve ser afastada a frágil alegação da Recorrente de aplicação incorreta da alíquota do ISS, uma vez que aos serviços a serem prestados pela Recorrida deve incidir a alíquota de 2%, com o recolhimento na cidade de Brasília/DF, local do estabelecimento do tomador dos serviços, FNDE. A proposta de preços está em pleno acordo com as normas editalícias – e a empresa Recorrida foi, portanto, corretamente habilitada.

III.II DA OBSERVÂNCIA AO ART. 7º DA LEI Nº 12.546/2011, QUE REGULAMENTA O BENEFÍCIO

DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - CPRB

30. Em suas razões recursais, a Recorrente afirma equivocadamente que a proposta da ALGAR TI contou com a descabida desoneração da folha de pagamentos, que impactou significativamente a precificação verificada na proposta e ensejou afronta ao princípio da isonomia, contido no art. 5º, caput da CF.

31. Para fundamentar a sua argumentação desprovida de qualquer lógica, a Recorrente ainda alega que a proposta afronta o próprio edital, pois não considerou as respostas aos esclarecimentos que possuem caráter vinculante ao Edital, sendo que já deveria prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual.

32. Porém, totalmente descabida a alegação da Recorrente, conforme restará demonstrado.

33. Como é de comum conhecimento, a inexecutabilidade para ser alcançada tem de ser efetivamente comprovada e estar sujeita aos regramentos dispostos pela Lei 14.133/2021, não bastando uma mera alegação para fazer valer tal entendimento.

34. Não por outra razão é que o Tribunal de Contas da União determina à administração verificar a efetiva capacidade de a licitante executar os serviços, no preço oferecido, assegurado o alcance do objetivo da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa, e, por consequência, do interesse público, bem tutelado pelo procedimento licitatório. – cf. Acórdão 141/2008 Plenário.

35. Nos termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, é possível verificar que o d. Pregoeiro agiu corretamente e dentro da legalidade ao classificar a proposta da empresa. Em que pese a irrisignação da Recorrente, suas razões recursais não merecem prosperar, uma vez que não basta apenas o inconformismo com o resultado do julgamento.

36. Cumpre salientar que a avaliação e o aceite da proposta foram realizados após a detida análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, com a promoção das devidas diligências, a qual embasou a decisão do pregoeiro. Assim, considerando a manifestação técnica apresentada, nada restou além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame e habilitar a Recorrida, a qual considerou que *“a proposta atende aos*

critérios de ACEITAÇÃO, tendo demonstrado sua exequibilidade". Ainda no tópico 5.2 da citada Nota Técnica - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – no item CPRB, foi manifestado que o valor aplicado está “em conformidade”.

37. É certo que a publicação da Lei nº 14.973, em 16/09/2024, instituiu o regime de transição para o fim da Desoneração da Folha de Pagamento, alterando o regime tributário previdenciário a partir de 01/01/2025. Assim, a proposta de preços foi elaborada com base nos exatos termos dessa lei, que prevê a transição da CPRB a partir do ano de 2025 como, inclusive, afirmado pela Recorrente.

38. Em suma, o valor ofertado pela Recorrida corresponde ao cenário vigente em 09/12/2024, data da apresentação da proposta, sendo que, nos custos do contrato a ser firmado apenas no ano de 2025, foi considerado o término do benefício da CPRB, como orientado na resposta ao pedido de esclarecimento citado pela Recorrente.

39. Além disso, na própria resposta ao esclarecimento houve a seguinte afirmação: “*cabe destacar que este FNDE não pode indicar ou orientar que valor a empresa deve apresentar na sua proposta de preços, sendo uma liberdade da licitante apresentar na sua proposta o valor que quiser.*”, o que foi desconsiderado pela Recorrente.

40. É cristalino que: ou a Recorrente se equivocou na interpretação da resposta ao esclarecimento ou se utilizou da própria torpeza e precificou a sua proposta exatamente como a Recorrida e, como perdeu a disputa, apresentou recurso com base nesse argumento falho.

41. Ademais, restou claro a todos os licitantes que o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será admitido por ocasião de eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, sendo afastada a possibilidade de reajuste de preços em virtude do fim da CPRB, já previsto na Lei nº 14.973/2024.

42. Desse modo, reitera-se que no preço ofertado há a previsão do término do benefício da CPRB e a Recorrida, em momento algum da contratação, se utilizará do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com fundamento no regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024.

43. Importante salientar, apenas por mero preciosismo, que cada empresa tem sua própria estratégia de prestação de serviços e a ALGAR TI apresentou sua proposta comercial baseada em sua estratégia com resultados que atendem ao solicitado com eficiência e

qualidade adequada, como bem pontuado pelo r. Pregoeiro em resposta ao questionamento apresentado no recurso da Recorrente.

44. Desta feita, a ALGAR TI seguiu todos os parâmetros do edital e assim comprovou adequadamente seus custos e conseqüentemente a exequibilidade da sua proposta, conforme correta avaliação da equipe técnica do FNDE.

45. Ao que parece, a Recorrida pretende distorcer a finalidade do certame que, precipuamente, busca a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sempre pautada no interesse público, observada a igualdade de condições entre os licitantes, motivo pelo qual seu recurso deve ser improvido.

46. O que se verifica é que a Recorrente pretende que a Administração Pública contrate solução mais cara, sendo o balizador para tal entendimento o simples fato de a Recorrente ter apresentado preço superior à proposta vencedora.

47. Daí porque tem-se que a tese recursal ventilada pela Recorrente é vazia e sem fundamento já que calcada em conclusões e inferências que em nada se alinham para com o efetivo objetivo dos certames público, que é a obtenção do melhor serviço pela proposta mais vantajosa.

48. Corroborando o quanto exposto, com vistas a conferir segurança às tratativas que antecedem a celebração de contratos, o ordenamento jurídico brasileiro institui a regra de que a proposta vincula o proponente.

49. É o que estabelece o Código Civil, em seu art. 427, segundo o qual a *“proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso”*.

50. Da mesma forma, a Lei de Licitações busca atribuir efetividade a essa máxima, ao dispor que os *“contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta (art. 89, § 2º).”*

51. Ainda, em seu art. 92, estabelece como cláusula obrigatória do contrato aquela que

verse sobre a “vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;” (inc. II).

52. Neste sentido, a ALGAR TI afirma, ao contrário do alegado pela empresa LOGIKS, que apresentou proposta exequível e a mais vantajosa para o FNDE, não havendo que se falar em apresentação de proposta inexequível em descumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, merecendo ser desprovido o recurso interposto pela empresa LOGIKS e, conseqüentemente, mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

III. DOS PEDIDOS

53. Considerando tudo quanto anteriormente exposto, em especial o acerto da decisão administrativa em declarar a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A. como vencedora da disputa, requer-se pelo não provimento do recurso apresentado pela empresa LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.696.132/0003-00, sendo mantida inalterada a decisão administrativa proferida.

Nesses termos

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 10 de janeiro de 2025.

Algar TI Consultoria S/A
CNPJ: 05.510.654/0004-21
André Bezerra Ramos
CPF: 908.034.421-49 | RG: 1.624.579 SSP/DF